

**RESULTADO FISCAL DO GOVERNO CENTRAL**

1 O Governo Central obteve um superávit primário de R\$ 4,4 bilhões em março de 1999, sendo R\$ 5,1 bilhões referentes ao Tesouro Nacional e R\$ 646,6 milhões ao déficit da Previdência Social. No trimestre, o Governo Central obteve um resultado positivo de R\$ 7,1 bilhões, contribuindo favoravelmente para a obtenção da meta trimestral proposta no Programa de Estabilidade Fiscal para o Setor Público consolidado. Se comparado ao primeiro trimestre de 1998, o resultado positivo foi superior em R\$ 4,6 bilhões, devido principalmente ao bom desempenho do Tesouro Nacional. A seguir, são analisados os principais componentes da receita e da despesa.

*Superávit de R\$ 7,1 bilhões nas contas primárias do Governo Central no primeiro trimestre de 1999.*

<b>TABELA 1</b>				
<b>RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL</b>				
<b>BRASIL, 1998/1999</b>				
(R\$ milhões)				
DISCRIMINAÇÃO	Mar		Jan-Mar	
	1998	1999	1998	1999
<b>I. RECEITA TOTAL</b>	<b>17.954,3</b>	<b>19.807,0</b>	<b>46.741,9</b>	<b>51.207,7</b>
<b>I.1. Receitas do Tesouro</b>	<b>14.362,4</b>	<b>16.128,9</b>	<b>35.886,5</b>	<b>40.454,1</b>
I.1.1 Receita Administrada Bruta	10.852,7	12.040,4	31.377,2	34.082,9
I.1.2. (-) Restituições	(53,4)	(115,7)	(218,6)	(358,9)
I.1.3. Diretamente Arrecadadas	688,1	495,7	1.709,6	1.556,5
I.1.4. Demais Receitas	2.917,4	3.775,5	3.268,5	5.398,0
I.1.5. (-) Incentivos Fiscais	(42,3)	(67,0)	(250,2)	(224,5)
<b>I.2. Receitas da Previdência Social</b>	<b>3.591,9</b>	<b>3.678,1</b>	<b>10.855,4</b>	<b>10.753,6</b>
<b>II. DESPESA TOTAL</b>	<b>15.598,0</b>	<b>15.312,7</b>	<b>44.019,7</b>	<b>43.913,7</b>
<b>II.1. Transferência a Estados e Municípios</b>	<b>2.677,6</b>	<b>3.075,6</b>	<b>7.336,4</b>	<b>8.745,1</b>
<b>II.2. Benefícios Previdenciários</b>	<b>3.895,4</b>	<b>4.324,8</b>	<b>11.663,8</b>	<b>12.913,2</b>
<b>II.3. Despesas da Administração Federal</b>	<b>8.906,7</b>	<b>7.731,6</b>	<b>24.533,9</b>	<b>21.723,0</b>
II.3.1. Pessoal e Encargos	4.850,8	3.413,4	12.688,8	11.465,4
II.3.2. Despesas de Custeio e Capital	4.055,9	4.318,2	11.845,1	10.257,6
- Abono e Seguro Desemprego	320,9	584,1	1.009,7	1.302,3
- Desapropriação para Reforma Agrária	23,3	7,5	49,8	62,1
- Outras Despesas de Custeio e Capital	3.711,7	3.726,6	10.785,6	8.893,3
<b>II.4. Subsídios e Subvenções</b>	<b>118,3</b>	<b>180,8</b>	<b>485,6</b>	<b>532,3</b>
<b>III. RESULTADO DO GOVERNO FEDERAL (I - II)</b>	<b>2.356,3</b>	<b>4.494,3</b>	<b>2.722,2</b>	<b>7.294,1</b>
III.1. Resultado do Tesouro Nacional	2.659,8	5.140,9	3.530,6	9.453,7
III.2. Resultado da Previdência Social (RGPS) (1)	(303,5)	(646,6)	(808,4)	(2.159,6)
<b>IV. RESULTADO DO BANCO CENTRAL (2)</b>	<b>(58,9)</b>	<b>(113,0)</b>	<b>(176,2)</b>	<b>(164,5)</b>
<b>V. RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL (III + IV)</b>	<b>2.297,4</b>	<b>4.381,3</b>	<b>2.546,1</b>	<b>7.129,6</b>
<b>VI. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB</b>			<b>1,2%</b>	<b>3,3%</b>

<b>Principais Variações</b>	
Mar99/Mar98	
Receitas	<b>10,3%</b>
Despesas	<b>-1,8%</b>
Benefícios	11,0%
Transferências	14,9%
Pessoal	-29,6%
Custeio	6,5%

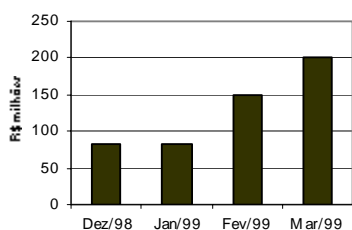
(1) Receita de Contribuições menos Benefícios Previdenciários  
(2) Operações quasi-fiscais do Banco Central

## Receitas

A receita total do Tesouro Nacional atingiu a cifra de R\$ 40,5 bilhões no primeiro trimestre do ano, superando em R\$ 4,6 bilhões (+12,7%) o montante arrecadado no mesmo período de 1998. A despeito da ausência da arrecadação da CPMF a partir de fevereiro/99, o recolhimento das receitas administradas pela Secretaria da Receita Federal, deduzidas as restituições, foi de R\$ 33,7 bilhões, superando em R\$ 2,6 bilhões (+8,2%) a arrecadação até março/98.

A redução de R\$ 1,2 bilhão no recolhimento da CPMF foi compensada com a elevação na arrecadação dos seguintes tributos: *i*) IRRF-Capital (+21,8%): extensão da tributação sobre aplicações de renda fixa às operações de cobertura (Lei nº 9.779/99); *ii*) Cofins (+18,5%): aumento da alíquota de 2% para 3% e extensão da cobrança às entidades financeiras (Lei nº 9.718/98); *iii*) IOF (+37,9%): elevação na alíquota sobre operações de crédito em 0,38 ponto percentual e incidência sobre aplicações financeiras em fundos de investimentos (Portarias MF 348/98 e 05/99); *iv*) IRRF-Remessas ao Exterior (+86,5%): aumento no volume dessas remessas. Observa-se, também, o efeito da medida que transferiu a arrecadação de depósitos judiciais para a Conta Única do Tesouro, que atingiu R\$ 431,6 milhões no primeiro trimestre.

Arrecadação de Depósitos Judiciais e Administrativos



Demais Receitas (R\$ milhões)		
Itens	Jan-Mar	
	1998	1999
- Dividendos	3,03	660,38
- Concessão	2.453,59	3.380,19
- Qta Petróleo	-	713,63
- Outras	811,87	643,81
<b>Total</b>	<b>3.268,49</b>	<b>5.398,02</b>

As demais receitas superaram a arrecadação do mesmo período de 1998 no montante de R\$ 2,1 bilhões, em particular por conta principalmente da antecipação de receitas de concessão do sistema Telebrás. As receitas das concessões perfizeram o total de R\$ 3,4 bilhões, até o mês de março, valor 37,8% superior a igual período do ano passado.

## Despesas

A despesa total atingiu R\$ 43,9 bilhões, valor R\$ 106,0 milhões inferior ao realizado no mesmo período de 1998, ou R\$ 2,7 bilhões inferior, se excluídos do total os gastos com benefícios pagos pelo INSS e as transferências aos estados e municípios. As transferências a estados e municípios cresceram R\$ 1,4 bilhão, grande parte como reflexo da maior

arrecadação dos tributos que compõem os Fundos Constitucionais. Ressaltem-se, também, as maiores transferências por conta da Lei Complementar nº 87/96 devido, por um lado, ao término das deduções relativas a antecipações efetuadas em meses anteriores e, por outro, ao repasse adicional de R\$ 101,9 milhões para alguns estados, no mês de março, a título de Fundef, devido à reatratividade permitida no Art. 2º da MP nº 1816/99.

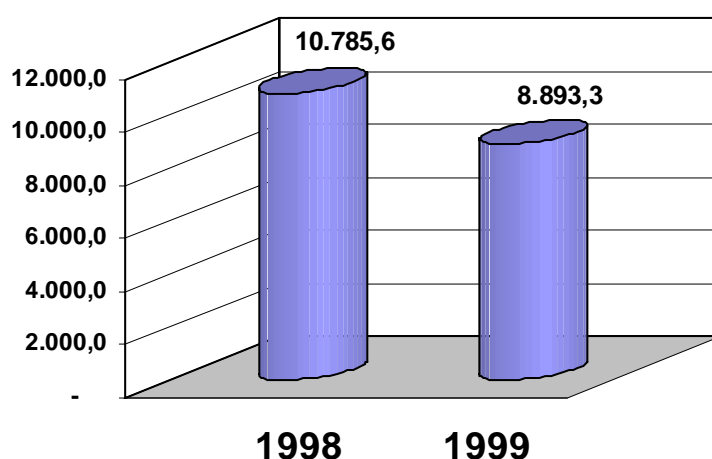
As despesas da Administração Federal reduziram-se em R\$ 2,8 bilhões no trimestre. A folha salarial do funcionalismo público ficou R\$ 1,2 bilhão inferior, explicado pelas alterações no prazo de pagamento ocorridas ao longo de 1998 e em 1999<sup>1</sup>. As demais despesas com custeio e capital caíram R\$ 1,9 bilhão no período. Em contrapartida, houve crescimento nas despesas com abono e seguro desemprego, de R\$ 293,0 milhões, e com a desapropriação de terras para reforma agrária, de R\$ 12,3 milhões.

### **Despesas do Governo Federal**

*1-Em março de 1998, passou-se a efetuar o pagamento de pessoal no dia 25 do mês de referência, o que elevou a folha em 70% naquele mês.*

#### **Demais Despesas de Custeio e Capital**

(acumulado até Março em R\$ milhões)



#### **Despesas do POOC**

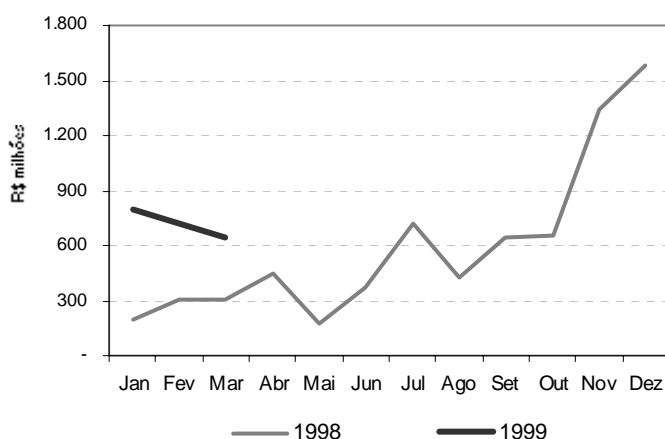
(R\$ milhões)

Itens	Mar/99
Custeio Agropecuário	16,75
Investimento Rural	-
Preços Agrícolas	9,39
- EGF	0,87
- AGF	8,52
- Sustentação de preços	-
Pronaf	16,36
Proex	79,20
<b>TOTAL</b>	<b>121,69</b>

**Previdência Social**

Por fim, a Previdência Social ficou deficitária em R\$ 2,2 bilhões até março/99, cerca de R\$ 1,4 bilhão (+167,1%) superior ao registrado em igual período de 1998. Apesar disso, verifica-se uma ligeira redução do déficit previdenciário, se considerados apenas sua evolução nos primeiros meses do ano.

**Déficit da Previdência Social  
Brasil, 1998/1999**



**DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL**

Em março, a dívida líquida do Tesouro Nacional em poder do mercado totalizou R\$ 128,7 bilhões, correspondente a 14,2% do PIB, contra R\$ 151,1 bilhões (16,8% do PIB) verificado em fevereiro. Em que pese a dívida mobiliária em mercado ter se elevado em R\$ 5,0 bilhões, convém destacar que parte considerável da redução da dívida líquida deveu-se ao impacto da variação cambial sobre o saldo da dívida externa. Em relação a fevereiro, tal saldo reduziu-se em R\$ 21,9 bilhões.

	TABELA 2		
	DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO MERCADO		
	BRASIL, 1999		
	(R\$ milhões)		
	1999		
	Jan	Fev	Mar
<b>I. DÍVIDA INTERNA</b>	<b>25.199</b>	<b>22.237</b>	<b>21.749</b>
Dívida Mobiliária em Mercado - DPMF	229.447	234.421	239.455
Dívida Contratual da STN	-150.225	-157.174	-159.500
Dívida Contratual de Fundos, Autarquias e Fundações	-54.024	-55.010	-58.206
Fat	-38.074	-38.439	-41.623
Demais Entidades	-15.950	-16.571	-16.582
<b>II. DÍVIDA EXTERNA</b>	<b>123.870</b>	<b>128.863</b>	<b>106.926</b>
Dívida Mobiliária em Mercado - DPMF	94.824	98.530	81.987
Títulos Depositados em Garantia	-6.970	-6.754	-5.568
Dívida Contratual	36.477	37.547	30.974
Disponibilidades	-462	-459	-468
<b>III. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL (I+II)</b>	<b>149.069</b>	<b>151.100</b>	<b>128.675</b>
<b>IV. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL/PIB</b>	<b>16,6%</b>	<b>16,8%</b>	<b>14,2%</b>

*A redução da dívida líquida do Tesouro Nacional foi de R\$ 22,4 bilhões.*

Por outro lado, também foram registrados acréscimos de R\$ 2,3 bilhões nos haveres contratuais da STN e de R\$ 3,2 bilhões nos haveres de fundos, fundações e autarquias, detalhados a seguir.

O saldo da DPMFi em poder do mercado atingiu R\$ 239,5 bilhões no mês, equivalente a 26,5% do PIB. O

**Dívida Pública  
Mobiliária  
Federal**

crescimento em relação ao mês de fevereiro deveu-se, basicamente, às emissões de NTN-S em mercado que totalizaram R\$ 22,8 bilhões, mais que compensando a diminuição nos estoques de LTN, LFT, LFT-A, LFT-B, NTN-A, NTN-D e CFT-D que, no conjunto, reduziram-se em R\$ 16,7 bilhões.

*A dívida mobiliária em mercado atingiu R\$ 239,5 milhões em março.*

<b>TABELA 3</b>			
<b>DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL INTERNA</b>			
<b>BRASIL, 1999</b>			
(R\$ milhões)			
	1999		
	Jan	Fev	Mar
<b>DÍVIDA MOBILIÁRIA TOTAL</b>	<b>361.977</b>	<b>368.552</b>	<b>379.219</b>
<b>I. Dívida com Mercado</b>	<b>229.447</b>	<b>234.421</b>	<b>239.455</b>
LTN	5.007	5.093	4.360
LFT	116.324	102.915	99.467
LFT-A	3.063	3.611	3.446
LFT-B	21.557	21.549	20.311
NTN-A	8.257	8.613	7.230
NTN-D	38.897	39.997	32.394
CFT-D	6.366	6.658	4.494
Demais	29.974	45.985	67.753
<b>I.2 Dívida com BACEN</b>	<b>132.530</b>	<b>134.130</b>	<b>139.764</b>
LTN	16.137	16.416	10.822
LFT-A	86.849	88.785	93.989
LFT	26.165	16.405	21.457
Demais	3.379	12.524	13.496
<b>Dívida MERCADO/PIB</b>	<b>25,5%</b>	<b>26,0%</b>	<b>26,5%</b>

Merece destaque o cancelamento de R\$ 3,9 bilhões em títulos do Tesouro Nacional, assim discriminados: R\$ 530,1 milhões de LFT, R\$ 1,8 bilhões de CFT-D, R\$ 338,8 milhões de NTN-D e R\$ 1,9 bilhões de NTN-P, em função de contrato celebrado entre a União e o BNDES, nos termos da Lei nº 9.711/98. Nesta operação, a contrapartida do Tesouro Nacional foi o recebimento de valores relativos à antecipação do pagamento da segunda parcela referente à privatização do sistema Telebras envolvendo as empresas Telefónica de Espanha, Iberdrola e Portugal Telecom, cujo vencimento inicial estava previsto para 04/08/2000.

O Tesouro Nacional também efetuou o cancelamento de R\$ 134,2 milhões de NTN-H, junto à Petrobras, em virtude da redução do saldo devedor da Conta Petróleo, Derivados e Álcool, nos termos da Medida Provisória nº 1.682-6, de 26/10/1998.

Em relação à dívida mobiliária do Tesouro no Banco Central, cabe destacar a emissão de R\$ 2,0 bilhões de NTN-A10, em substituição às NTN-L existentes na carteira daquele Banco, em função do disposto na Medida Provisória nº 1.789/98, que trata da adequação patrimonial do Banco Central.

<b>TABELA 4</b>			
<b>EMISSÕES, RESGATES E CANCELAMENTOS</b>			
<b>DPMFi EM MERCADO BRASIL, MAR/99</b>			
<small>(R\$ milhões)</small>			
<b>Fatos</b>	<b>financeiras</b>		<b>Total</b>
I. Emissões	39.432	5.213	44.645
II. Resgates	23.001		23.001
III. Cancelamentos	4.020		4.020
<b>IV. Valor líquido (I-II-III)</b>	<b>12.411</b>	<b>5.213</b>	<b>17.624</b>

*O Tesouro Nacional efetuou colocação líquida de títulos em mercado no valor de R\$ 17,6 bilhões.*

O montante de emissões financeiras em mercado foi de R\$ 39,4 bilhões, das quais R\$ 22,8 bilhões de NTN-S, contra R\$ 15,3 bilhões em fevereiro. Os resgates totalizaram R\$ 23,0 bilhões e foram efetuados cancelamentos de R\$ 4,0 bilhões. As emissões não financeiras perfizeram R\$ 5,2 bilhões. Dessa forma, o Tesouro Nacional efetuou colocação líquida de títulos em mercado no valor de R\$ 17,6 bilhões.

Em março, foram realizadas colocações de papéis pós-fixados (LFT) e retornaram os papéis pré-fixados (LTN), com prazo corrido de 28 dias. A partir da segunda quinzena do mês, foram suprimidas as emissões dos títulos híbridos (NTN-S).

As emissões financeiras foram as seguintes:

*A partir da segunda quinzena de março, o Tesouro Nacional voltou a realizar leilões de papéis pré-fixados.*

TABELA 5 EMISSIONES FINANCEIRAS EM MERCADO BRASIL, MAR/99						
(R\$ milhões)						
DATA DE EMISSÃO	TÍTULO	PRAZO	TAXA MÉDIA ANUAL/DESÁGIO	VALOR		
				FINANCEIRO	NOMINAL	
01/03/99	CTN	20 anos	IGP-M	60,8		6,3
03/03/99	NTN-S	364 dc/252 du	0,679%	4.000,0		3.973,0
08/03/99	NTN-S	436 dc/299 du	1,029%	3.992,1		3.951,4
10/03/99	NTN-S	364 dc/250 du	0,735%	4.500,0		4.467,2
12/03/99	NTN-S	453 dc/310 du	1,185%	4.638,0		4.583,7
17/03/99	NTN-S	364 dc/250 du	0,738%	3.500,0		3.474,3
19/03/99	NTN-S	453 dc/310 du	1,186%	2.413,0		2.384,7
24/03/99	LFT	364 dc/250 du	-0,010%	3.000,0		3.000,3
24/03/99	LTN	28 dc/ 17 du	2,565%	500,0		487,5
26/03/99	LFT	369 dc/ 253 du	0,017%	4.117,7		4.117,0
31/03/99	LFT	371 dc/ 255 du	0,032%	4.000,0		3.998,7
31/03/99	LFT	371 dc/ 255 du	0,032%	4.500,0		4.498,6
31/03/99	LTN	28 dc/ 17 du	2,186%	500,0		489,3
<b>TOTAL</b>				<b>39.721,6</b>		<b>39.432,0</b>

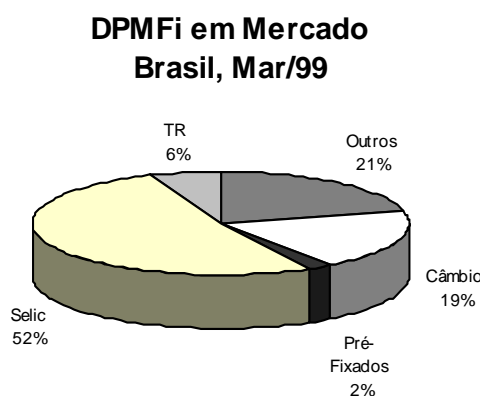
As emissões não-financeiras perfizeram R\$ 5,2 bilhões, sendo R\$ 3,1 bilhões referentes aos títulos emitidos no âmbito do Programa de Redução da Presença do Setor Público na Atividade Financeira Bancária (Proes), com base na Medida Provisória nº 1.773-35/99 e R\$ 2,0 bilhões de NTN-A10, junto ao Banco Central, conforme anteriormente mencionado.

*Foram emitidos R\$ 3,1 bilhões em LFT-A e LFT-B para reestruturação bancária dos estados.*

TABELA 6 EMISSIONES RELATIVAS À ASSUNÇÃO DE DÍVIDA DOS ESTADOS BRASIL, MAR/99		
(R\$ milhões)		
ESTADO	VALOR	LEI
<b>Acre</b>		
1. Reestruturação Bancária		
1.1. LFT-B	131,0	Art. 3º da MP nº 1773-35/99
<b>Rio Grande do Norte</b>		
1. Reestruturação Bancária		
1.1. LFT-A	101,0	Art. 3º da MP nº 1773-35/99
<b>Santa Catarina</b>		
1. Reestruturação Bancária		
1.1. LFT-A	103,0	Art. 3º da MP nº 1773-35/99
1.2. LFT-B	95,0	Art. 3º da MP nº 1773-35/99
<b>Paraná</b>		
1. Reestruturação Bancária		
1.1. LFT-A	2.405,0	Art. 3º da MP nº 1773-35/99
1.2. LFT-B	282,0	Art. 3º da MP nº 1773-35/99
<b>Total</b>	<b>3.117,0</b>	



Quanto à composição da DPMFi em mercado, registrou-se o aumento da participação relativa das NTN-S de 9,8%, em fevereiro, para 15,2% no mês em análise. Por sua vez, as NTN-D, LTN, LFT, NTN-P e NTN-E tiveram sua participação reduzida em igual período de comparação. A participação dos títulos indexados à taxa Selic, que já responderam por 77% da dívida em mercado (dezembro de 1998), representou 52% da dívida em mercado no mês de março.



**TABELA 7  
COMPOSIÇÃO DA DPMFi  
BRASIL, 1999** (%)

Título	1999		
	Jan	Fev	Mar
LTN	5,8	5,8	4,0
LFT	39,0	32,3	31,8
LFT-A	24,8	25,0	25,6
LFT-B	5,9	5,8	5,3
NTN-A	2,3	2,3	2,4
NTN-D	10,6	10,8	8,5
NTN-H	1,0	1,0	1,0
NTN-P	3,4	3,4	2,9
NTN-S	3,2	9,8	15,2
NTN-E	1,0	1,1	0,7
DEMAIS	3,0	2,5	2,6
<b>TOTAL</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

O custo médio anual dos títulos da DPMFi emitidos por meio de processo competitivo em mercado foi negativo em 11,64%. Tal fato se deve ao reordenamento da taxa de câmbio, voltando a situar-se em patamares mais próximos dos de dezembro de 1998. Excluindo-se os títulos indexados ao câmbio, o custo médio em mercado foi de 42,42%, nos competitivos, e 40,02%, na totalidade dos títulos.

O prazo médio da DPMFi em mercado, emitido sob processo competitivo de formação de taxas, foi de 10,16 meses em março, elevando-se em relação ao mês anterior. O alongamento da DPMFi pode ser atribuído às emissões de NTN-S e de LFT, com prazos de até 453 e 371 dias, respectivamente.

## Custo e Prazo Médios

**TABELA 8  
DPMFi - CUSTO MÉDIO EM MERCADO  
BRASIL, 1998/1999** (% anual)

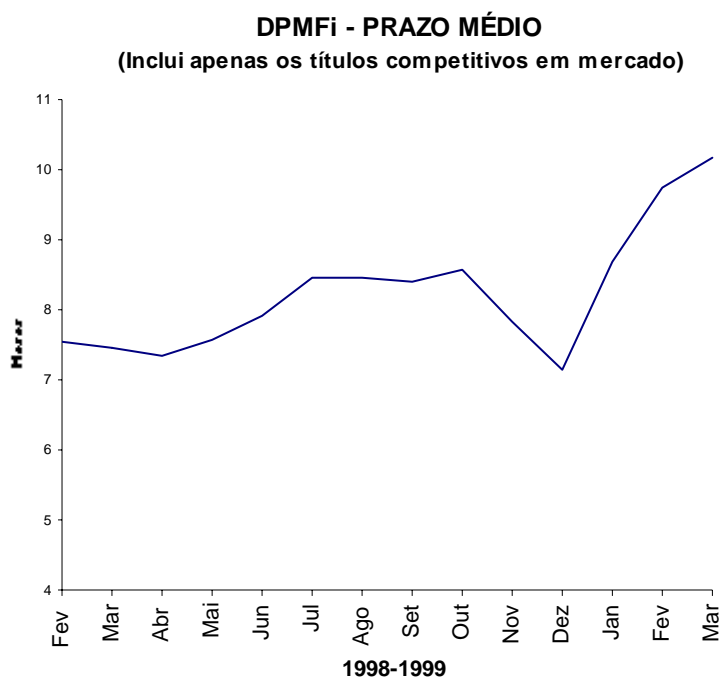
PERÍODO	TOTAL	COMP(1)
<b>1998</b>		
Jun	22,68	25,26
Jul	20,56	24,26
Ago	21,58	23,62
Set	27,70	31,54
Out	34,54	37,26
Nov	32,80	36,08
Dez	31,32	33,71
<b>1999</b>		
Jan (2)	30,42	30,90
Fev (2)	37,11	38,24
Mar (2)	40,02	42,42
Jan (3)	227,40	311,41
Fev (3)	49,22	53,33
Mar (3)	-2,77	-11,64

(1) Títulos competitivos da DPMFi em mercado.  
(2) Excluindo títulos indexados ao câmbio  
(3) Incluindo títulos indexados ao câmbio

**TABELA 9**  
**DPMFi - PRAZO MÉDIO NO MERCADO**  
**BRASIL, 1998/1999** (meses)

Período	TOTAL	COMP (1)
<b>1998</b> Fev	40,18	7,54
Mar	36,64	7,47
Abr	35,41	7,34
Mai	36,31	7,58
Jun	36,05	7,92
Jul	34,52	8,46
Ago	35,89	8,46
Set	36,12	8,39
Out	35,31	8,57
Nov	31,04	7,83
Dez	29,75	7,13
<b>1999</b> Jan	35,22	8,70
Fev	34,22	9,73
Mar	31,09	10,16

(1) Títulos competitivos da DPMFi em mercado.



### **Dívida Contratual Interna**

Os haveres líquidos totais do Tesouro Nacional atingiram o montante de R\$ 217,7 bilhões, equivalente a 24,1% do PIB. O crescimento, em relação a fevereiro, deveu-se basicamente ao aumento de R\$ 3,9 bilhões dos saldos referentes à Lei nº 9.496/97 como decorrência, em maior parte, da incorporação dos valores correspondentes às emissões (R\$ 3,1 bilhões) para abertura de crédito aos Estados do Acre, Rio Grande do Norte, Santa Catarina e Paraná no âmbito do Proes. Também apresentou crescimento de R\$ 3,2 bilhões os haveres do FAT em função do aumento das disponibilidades do fundo no BNDES.

**TABELA 10**  
**DÍVIDA CONTRATUAL INTERNA**  
**BRASIL, 1999**

(R\$ milhões)

	1999		
	Jan	Fev	Mar
<b>TOTAL DA STN</b>	<b>-150.225</b>	<b>-157.174</b>	<b>-159.500</b>
Dívida Bancária	39.825	37.598	37.856
Crédito Securitizado (exceto CVS)	16.857	17.627	18.197
CVS	7.363	7.436	7.534
Títulos da Dívida Agrária -TDA	3.094	3.138	2.965
Debêntures	584	0	0
Certificados de Privatização	38	39	39
INSS	-8.099	-8.291	-8.568
Lei 7.976/89	-12.292	-12.786	-11.389
Bônus Renegociação	-21.045	-20.743	-17.780
Lei 8.727/93	-40.906	-41.110	-41.409
Lei 9.496/97	-85.805	-87.526	-91.520
Recebíveis dos Estados	-3.077	-3.128	-3.282
Recebíveis das Estatais	-27.893	-28.191	-27.732
Outros	-8.728	-6.785	-9.121
Créditos das Operações Oficiais	-7.952	-10.671	-11.006
Arrecadação a Recolher	-2.188	-3.780	-4.283
<b>TOTAL DE FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES</b>	<b>-54.024</b>	<b>-55.010</b>	<b>-58.206</b>
Fat	-38.074	-38.439	-41.623
Demais Entidades	-15.950	-16.571	-16.582
<b>TOTAL</b>	<b>-204.248</b>	<b>-212.184</b>	<b>-217.706</b>
<b>TOTAL/PIB</b>	<b>-22,7%</b>	<b>-23,6%</b>	<b>-24,1%</b>
<b>TOTAL DA STN/PIB</b>	<b>-16,7%</b>	<b>-17,5%</b>	<b>-17,7%</b>

*O custo médio dos créditos securitizados elevou-se 1,78%, em fevereiro, para 3,33%, em março.*

O prazo médio dos créditos securitizados caiu de 189,5 dias, em fevereiro, para 187,6 dias no mês de março. Por outro lado, o custo médio mensal dos créditos securitizados elevou-se de 1,78%, em fevereiro, para 3,33% em março. Apesar da variação negativa da taxa de câmbio em 17%, o aumento do custo médio refletiu, principalmente, a variação do IGP-DI – indexador de 61% da dívida securitizada – que passou de 1,51% a.m., em fevereiro, para 4,44% a.m. em março.

O saldo da dívida externa de responsabilidade do Tesouro Nacional totalizou R\$ 106,9 bilhões, equivalente 11,8% do PIB. A redução do saldo em reais foi devida à variação da moeda nacional em relação ao dólar.

## Dívida Externa

O saldo da dívida externa em reais atingiu R\$ 106,9 bilhões.

<b>TABELA 11</b>			
<b>DÍVIDA EXTERNA DO TESOURO NACIONAL</b>			
<b>BRASIL, 1999</b>			
(R\$ milhões)			
DISCRIMINAÇÃO	1999		
	Jan	Fev	Mar
<b>1. DÍVIDA MOBILIÁRIA</b>	<b>94.824</b>	<b>98.530</b>	<b>81.987</b>
<b>1.1. Bônus de Renegociação</b>	<b>77.357</b>	<b>80.540</b>	<b>67.079</b>
Brazil Investment Bond (BIB)	1.785	1.859	1.498
Interest Due and Unpaid (IDU)	6.954	7.240	6.038
Par Bond (PB)	8.336	8.679	7.200
Discount Bond (DB)	10.727	11.169	9.314
Front-Loaded Interest Reduction Bond (FLIRB)	3.446	3.588	2.992
Front-Loaded Interest Reduction Bond with Capitalization (C-Bond)	14.491	15.088	12.583
Debt Conversion Bond (DCB)	16.837	17.530	14.620
New Money Bond (NMB)	4.440	4.623	3.856
Eligible Interest (EI)	10.339	10.765	8.978
<b>1.2. Bônus de Captação</b>	<b>17.466</b>	<b>17.989</b>	<b>14.908</b>
Samurai Bond	510	519	434
Caravella Bond	135	136	111
Eurosterling Bond	327	331	278
Global Bond	1.487	1.549	1.292
Deutch Mark Bond 2007 (DM Bond 2007)	1.152	1.164	949
Parallel Franco	343	347	283
Parallel Florim	409	413	337
Parallel Xelim	327	331	270
Global Bond 2027	6.941	7.227	6.027
Eurolira Bond	873	881	719
Eurosterling Bond 2007	490	497	417
Euro Bond 2003	1.128	1.140	929
Demais	10.525	10.762	8.881
<b>2. TÍTULOS DEPOSITADOS EM GARANTIA</b>	<b>-6.970</b>	<b>-6.754</b>	<b>-5.568</b>
<b>3. DÍVIDA CONTRATUAL</b>	<b>36.477</b>	<b>37.547</b>	<b>30.974</b>
<b>4. DISPONIBILIDADE DE FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES</b>	<b>-462</b>	<b>-459</b>	<b>-468</b>
<b>5. TOTAL (1+2+3+4)</b>	<b>123.870</b>	<b>128.863</b>	<b>106.926</b>
<b>DÍVIDA EXTERNA TOTAL/PIB</b>	<b>13,8%</b>	<b>14,3%</b>	<b>11,8%</b>

2-BIB: títulos emitidos em decorrência do acordo de reestruturação firmado pelo Brasil em 22.08.88, constituindo-se em opção para os credores que desejassem "sair" do risco Brasil. Não possuem garantias de principal ou juros. Bônus Samurai 2001: títulos de captação, emitidos no mercado japonês de acordo com a Resolução nº 57/95 do Senado Federal. Bônus ECU 2003: títulos de captação, emitidos no euromercado de acordo com a Resolução nº 51/97 do Senado Federal.

Os desembolsos realizados no mês de março com encargos da dívida externa totalizaram R\$ 421,2 milhões, sendo R\$ 112,3 milhões pagos a Organismos Multilaterais; R\$ 95,8 milhões pagos a Bancos Privados e Agências Governamentais; R\$ 50,8 milhões pagos ao Clube de Paris; e R\$ 160,2 milhões desembolsados para o pagamento de encargos da dívida mobiliária constituída em BIB (R\$ 50,2 milhões), Bônus Samurai 2001 (R\$ 13,0 milhões) e Bônus ECU 2003 (R\$ 97,0 milhões)<sup>2</sup>.

<b>TABELA 12</b>	
<b>ENCARGOS DA DÍVIDA EXTERNA</b>	
<b>BRASIL, 1999</b>	
<small>(R\$ milhões)</small>	
<b>Discriminação</b>	<b>Março</b>
	<b>1999</b>
<b>I. Encargos Totais</b>	<b>421,2</b>
I.1. Organismos Multilaterais	112,3
I.2. Bancos Privados/Ag Gov	95,8
I.3. Clube de Paris	52,8
I.4. Dívida Mobiliária	160,2
BIB	50,2
Bônus Samurai 2001	13,0
Bônus ECU 2003	97,0